PORT.
7
12 55 67

PROVÍNCIA DE TIMOR

Serviços Provinciais de Planeamento e Integração Económica

RELATÓRIO

SOBRE A

INTEGRAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

Referido a

1972

RELATÓRIO SOBRE A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

A - CONSIDERAÇÕES GERAIS

A integração económica de territórios com desnível de desenvolvimento tão acentuado como o que existe entre Timor e o resto do espaço nacional, sobretudo a Metrópole, levará decerto a que esse desnível se acentue ainda mais, em proveito, portanto, dos territórios mais desenvolvidos.

Timor ocupa no Espaço Económico Português uma posição especial, com uma economia altamente dependente do exterior no que respeita aos fornecimento de produtos manufacturados e bens de equipamento de que tanto necessita, caracterizando-se a sua balança comercial por uma forte concentração das exportações num só produto, o café, sendo muito diversificada a gama de importações, características, por conseguinte, duma economia muito vulnerável e pouco desenvolvida.

A reduzida dimensão do mercado timorense, aliada à distância, no conjunto do espaço português levam ao desinteresse do exportador metropolitano e ultramarino, quer devido às demoras nas entregas ou pagamentos, quer pela necessidade de embalagens e acondicionamentos especiais, umas e outras causado pela longa distância a que Timor se encontra e pela escasses e morosidade de transportes.

Traduz-se igualmente este desinteresse, numa série de inconvenientes, tais como a entrega de produtos de baixa qualidade, a demora nos fornecimentos e até a não satisfação das encomendas.

A escasses e a morosidade dos transportes marítimos entre Timor e o Espaço Nacional obrigaria os importadores locais, na eventualidade duma quase exclusividade de comércio nacional, a constituirem consideráveis stocks de mercadorias para reabastecimento regular do mercado, que, além de impor a implantação de armazéns dispendiosos, conduziria à possibilidade de deterioração de produtos que não suportam longas armazenagens em climas tropicais, quentes e húmidos. Os comerciantes de Timor não desejam correr tal risco nem têm capacidade financeira para a construção de tais armazéns ou constituição de grandes stocks. Sob o ponto de vista económico, as mercadorias importadas da Metrópole ou do Ultramar, apesar de isentos, ou quase, de direitos de importação são sobrecarregados até Timor com elevados custos de seguro e frete, além de sobre elas incidir larga margem de lucro, destinada a cobrir o risco de deterioração, o que lhes tira todas as características de concorrência que poderiam ter relativamente aos mercados mais próximos. Admite-se

portanto, que sob o ponto de vista puramente económico, não interessa ao Espaço Português abastecer Timor nem a esta Província ser abastecida por esse mercado.

A importação de produtos nacionais concorre largamente para a elevação dos preços e do custo de vida em Timor, efeito a adicionar aos custos e pressões inflaccionistas importados do exterior, sem que o poder de compra interno possa beneficiar das causas que lhe dão origem. Timor é, provàvelmente, a parcela do território nacional onde os produtos importados são de preço mais elevado e decerto aquela em que as remunerações são das mais baixas, e, portanto, menos aptas a suportar o aumento do custo de vida importado, o que se traduz, no reduzido nível de vida da população.

Por outro lado, a isenção completa ou quase completa de direitos de importação sobre mercadorias provenientes do território nacional priva a Fazenda da Província duma receita que lhe é absolutamente necessária para ocorrer às despesas normais de administração e de fomento; dado o grau de desenvolvimento da Província não é possível, como seria, contudo, de desejar, a recorrência a outras formas de tributação características de regiões econòmicamente mais evoluídas.

O abastecimento através de mercados mais próximos e dispondo de ligações mais frequentes com Timor, como Singapura, Japão, Austrália e também Macau afigura-se econòmicamente mais vantajoso para a Província, pelas razões que se seguem:

a) A Província importará mercadorias a mais baixo custo de origem, sendo também as despesas de seguros e fretes mais reduzidas;

b) A imposição de razoáveis direitos de importação sobre essas necessidades canalizará para a Fazenda Pública um apreciável volume de receitas que esta não pode, de momento, dispensar, ficando, apesar disso o preço das mercadorias, em muitos casos, inferior ao preço das mercadorias nacionais, isentas, como é sabido, quase na totalidade, de tais impostos;

c) O decréscimo ou, pelo menos, a sustentação do actual custo de vida, determinado por preços mais acessíveis, originará, possivelmente, por um lado, um aumento do consumo, e, por outro, a carecida propensão à poupança, logo ao investimento, com os inerentes benefícios na economia da Província;

d) A existência de ligações mensais com os referidos mercados diminuiriam a necessidade de construção de instalações para armazenamento de grandes quantidades de mercadorias e aliviariam os preços de custo do risco de deterioração.

Certo é que a coerência política impõe medidas generalizadas a todo o espaço nacional; não se pode contudo esquecer que essas medidas podem, em casos particulares como é o de Timor, travar o desenvolvimento económico dos territórios menos desenvolvidos, o que justifica plenamente a abertura de excepções, pois uma política de integração económica não poderá alhear-se dos problemas particulares de cada uma das parcelas a integrar.

Dili

Serviços Provinciais de Planeamento e Integração Económica, em Dili, 2 de Maio de 1973.-

O CHEFE DOS SERVIÇOS, SUBST.ª

Martinho Rodrigues
Técnico de 1ª classe.

O GOVERNADOR

Fernando Alves Aldeia
Coronel (Grad.)

B

I - PAGAMENTOS INTERTERRITORIAIS

Segundo informações colhidas junto da Inspecção Provincial do Comércio Bancário, o sistema instituído pelo Decreto-Lei nº 478/71 não trouxe alteração sensível às normais operações interterritoriais. Tudo se tem processado exactamente como antes; a adaptação foi rápida e fácil. Não existem "atrasados" na Província. Também não existem em Timor quaisquer restrições quantitativas à importação de mercadorias nacionais de outros territórios portugueses. Não surgiram igualmente na Província problemas de natureza tributária abrangidos pelas normas do Decreto-Lei nº 579/70, uma vez que as empresas aqui existentes poucas ligações terão com firmas metropolitanas.

II - COMÉRCIO EXTERNO

a) O peso do Comércio Externo é de bastante significado na economia de Timor o que nada é de estranhar uma vez que se trata duma ilha de reduzidas dimensões, que tem forçosamente de depender do exterior.

A escassez de bens de equipamento e de artigos de primeira necessidade tem constituído um poderoso travão ao processo de desenvolvimento da Província. É, portanto, muito necessário recorrer a importações cada vez maiores de bens e serviços destinados às infra-estruturas económicas e sociais, aos factores produtivos e à satisfação de necessidades decorrentes da transformação de padrões de vida. Tem-se verificado nos últimos anos, contudo, uma estabilização no montante total da importação, o que traduz numa lenta evolução da actividade económica, uma vez que não se poderá interpretar tal fenómeno como resultante duma produção Provincial que substitua as importações. A exportação, contudo, tem evoluído favoràvelmente, apesar de ser constituída completamente por bens primários, tendo atingido um valor anormalmente elevado no ano de 1971, em que a produção de café ultrapassou todas as previsões.

QUADRO Nº 1

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ESPECIAL DE TIMOR

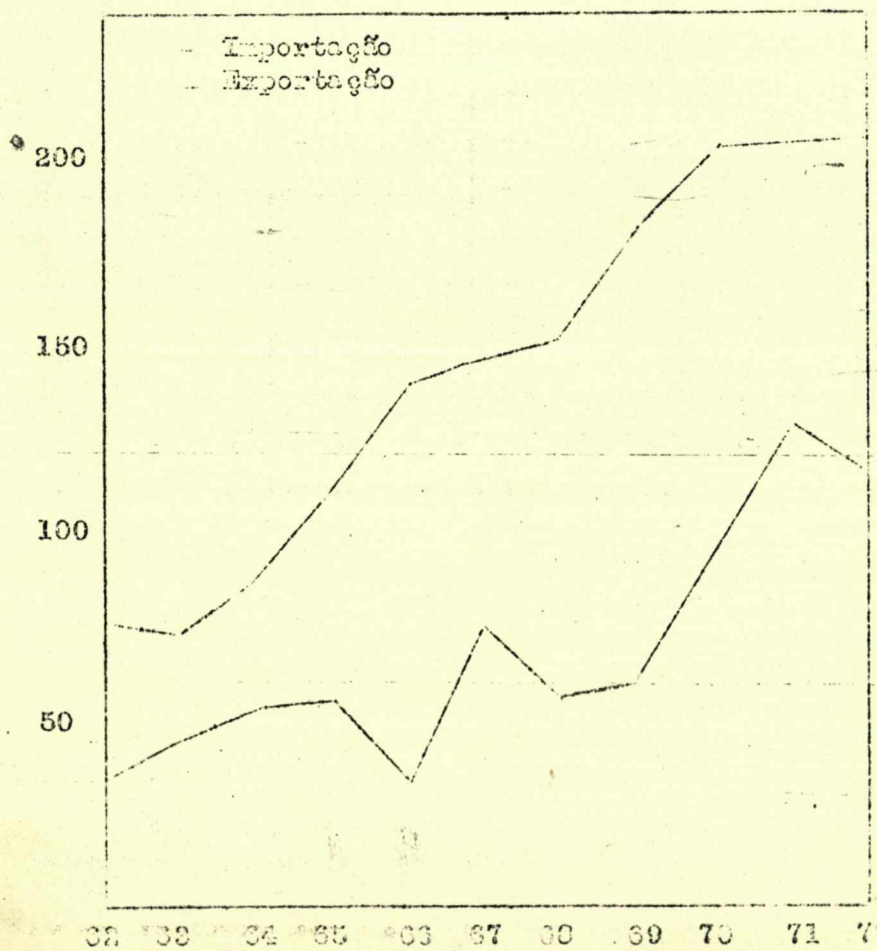
(em contos)

ANO	IMPORTAÇÃO					EXPORTAÇÃO				
	Espaço Nacional	%	Estrangeiro	%	TOTAL	Espaço Nacional	%	Estrangeiro	%	TOTAL
1962	16 083	23	58 807	77	77 358	13 482	35	19 732	55	36 212
1963	22 153	29	53 057	71	75 213	13 130	29	32 139	71	45 289
1964	22 114	25	66 056	75	88 170	18 001	25	39 946	75	53 547
1965	53 041	48	60 345	52	113 186	11 204	20	43 754	80	54 958
1966	65 091	46	76 377	54	141 468	3 944	11	31 472	89	35 416
1967	84 579	57	63 491	43	148 070	14 008	20	61 438	80	76 236
1968	93 354	61	59 917	39	153 271	6 254	11	49 008	89	55 353
1969	110 359	60	73 145	40	183 504	6 015	11	54 703	89	61 518
1970	113 573	54	93 546	46	207 119	13 623	14	82 145	86	95 773
1971	99 988	48	107 732	52	207 686	19 911	8	110 605	92	130 516
1972	95 340	46	113 678	54	209 018	9 251	8	107 991	92	117 242

FONTE: Repartição Provincial dos Serviços de Estatística.

GRÁFICO 1

COMÉRCIO ESPECIAL DE TIMOR



É de fazer notar, como está indicado no Quadro nº 1, que se o valor das importações provenientes do Espaço Nacional tem algum peso, o valor das exportações para esse mesmo Espaço atinge valores muito reduzidos, com uma percentagem de apenas 8%. Em conformidade, pode-se verificar que se as medidas de integração nacional tiveram alguma influência nas importações, pouco ou nada se fizeram sentir no que respeita às exportações de Timor.

Os saldos da balança comercial de Timor sofreram um sucessivo agravamento até 1970, ano a partir do qual se reduziram e pouco subiram então, em resultado da conjugação da já indicada estagnação no nível de importação e da melhoria verificada nas exportações, que, no entanto, sofreu ligeira descida em 1972.

QUADRO Nº 2

SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

ANO	ESTRANGEIRO	PORTUGAL	METRÓPOLE	ULTRAMAR	TOTAL
1968	- 39 805	- 1 983	- [illegible]	- 1 [illegible]	- 41 441
1969	- 83 [illegible]	- 8 [illegible]	- [illegible]	- [illegible]	- 89 884
1964	- 83 119	- 3 [illegible]	- [illegible]	- 1 [illegible]	- 84 [illegible]
1965	- 15 [illegible]	- 13 [illegible]	- [illegible]	- 13 [illegible]	- 88 [illegible]
1966	- 44 [illegible]	- 1 147	- [illegible]	- [illegible]	- 103 [illegible]
1967	- 3 [illegible]	- [illegible]	- 83 [illegible]	- 84 804	- 71 884
1968	- 10 819	- 87 [illegible]	- [illegible]	- 84 [illegible]	- 78 819
1969	- 13 [illegible]	-[illegible]	- [illegible]	- 47 [illegible]	- [illegible]
1970	- 11 401	- [illegible]	- [illegible]	- [illegible]	- [illegible]
1971	+ 11 [illegible]	- [illegible]	- [illegible]	- [illegible]	- 77 [illegible]
1972	- 5 [illegible]	- [illegible]	- 46 811	- [illegible]	- 81 776

FONTE: Elaborado a partir de dados fornecidos pela Repartição Provincial dos Serviços de Estatística.

b) Razões de troca

No referente a razões de troca, poder-se-á afirmar que são favoráveis à Província desde há alguns anos, uma vez que o café tem sido um produto que goza ùltimamente de boa cotação no mercado mundial. Aliás, não se pode referir apenas que são favoráveis, é necessário acentuar ainda que têm vindo a melhorar quase ininterruptamente de ano para ano desde 1963.

QUADRO Nº 3/

RAZÕES DE TROCA

ANO	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
RAZÕES DE TROCA	1,29	1,20	1,23	1,38	1,35	2,43	2,52

FONTE: Elaborado a partir de dados fornecidos pela Repartição Provincial dos Serviços de Estatística.

A análise da evolução das razões de troca com o Espaço Nacional e com o Estrangeiro, permite distinguir até 1970 duas tendências, sendo, no entanto, comum a apreciação que se faça a partir desse ano. As razões de troca de Timor com o Espaço Nacional foram sempre desfavoráveis desde 1962 com a única excepção de 1964, passando a favoráveis desde 1970. No que respeita ao Estrangeiro, têm tido sempre valores superiores a 1, embora com algumas oscilações, mas têm ùltimamente rondado o valor 2 e atingiram mesmo 3,77 no ano de 1971, situando-se em 1972 em cerca de 3.

Note-se, contudo, que as razões de troca não tem sido desfavoráveis a Timor, uma vez que esta Província não importa ainda bens de equipamento em grandes quantidades, o que não poderá deixar de vir a fazer, ao ingressar para uma fase de progresso económico. A situação pode, portanto, considerar-se passageira e indicativa dum estado de desenvolvimento muito rudimentar, e a susceptível de se inverter completamente com o desejado progresso económico. É ainda de considerar que a situação se poderá tornar muito precária na eventualidade duma baixa acentuada de cotação do café, que pode surgir caso haja alteração no actual acordo.

QUADRO Nº 8B

RELAÇÕES DE TROCA

COM O ESPAÇO NACIONAL:

ANO	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RELAÇÃO DE TROCA
	CONTOS	TONELADA	PREÇO TONELADA	CONTOS	TONELADA	PREÇO TONELADA	
1962	13 420	1 386	10,08	13 [illegible]	1 [illegible]	17,[illegible]	0,[illegible]
1963	13 130	1 644	8,00	22 [illegible]	1 [illegible]	13,71	0,[illegible]
1964	13 601	958	14,27	22 114	2 337	9,84	1,52
1965	11 205	698	16,05	53 041	2 479	21,71	0,78
1966	3 944	264	14,93	35 001	2 079	17,09	0,84
1967	14 303	1 193	12,40	34 570	2 375	15,73	0,78
1968	6 254	499	12,53	93 854	4 355	19,52	0,65
1969	6 815	485	14,05	110 350	6 015	18,34	0,76
1970	13 628	581	23,45	113 573	5 691	20,13	1,16
1971	10 911	510	21,39	99 [illegible]	6 737	14,84	1,44
1972	9 251	385	24,03	95 340	5 054	18,86	1,27

FONTE: Elaborado a partir de dados fornecidos pela Repartição Provincial dos Serviços de Estatística.

QUADRO Nº 8C

COM O RESTO MUNDO

ANO	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RELAÇÃO DE TROCA
	CONTOS	TONELADA	PREÇO TONELADA	CONTOS	TONELADA	PREÇO TONELADA	
1962	19 702	2 964	6,67	59 697	7 686	7,55	0,88
1963	32 120	3 794	8,46	53 957	9 798	5,41	1,56
1964	39 946	3 786	10,55	60 [illegible]	8 797	7,50	1,41
1965	43 754	4 330	10,05	50 [illegible]	8 [illegible]	[illegible],70	1,[illegible]
1966	31 472	3 145	10,00	73 [illegible]	13 [illegible]	5,61	1,81
1967	31 406	3 171	9,95	68 491	11 738	5,89	1,84
1968	49 098	4 113	11,94	59 [illegible]	10 [illegible]	5,[illegible]	2,15
1969	54 708	4 984	10,97	78 [illegible]	18 [illegible]	4,[illegible]	2,34
1970	82 145	5 [illegible]	13,[illegible]	9[illegible]	13 [illegible]	[illegible],[illegible]	1,[illegible]
1971	119 [illegible]	6 917	17,29	107 732	23 [illegible]	4,53	3,77
1972	107 991	6 198	17,44	113 [illegible]	16 721	[illegible],87	2,87

FONTE: Elaborado a partir de dados fornecidos pela Repartição Provincial dos Serviços de Estatística.

GRÁFICO 2

FORNECEDORES DE MERCADORIAS IMPORTADAS

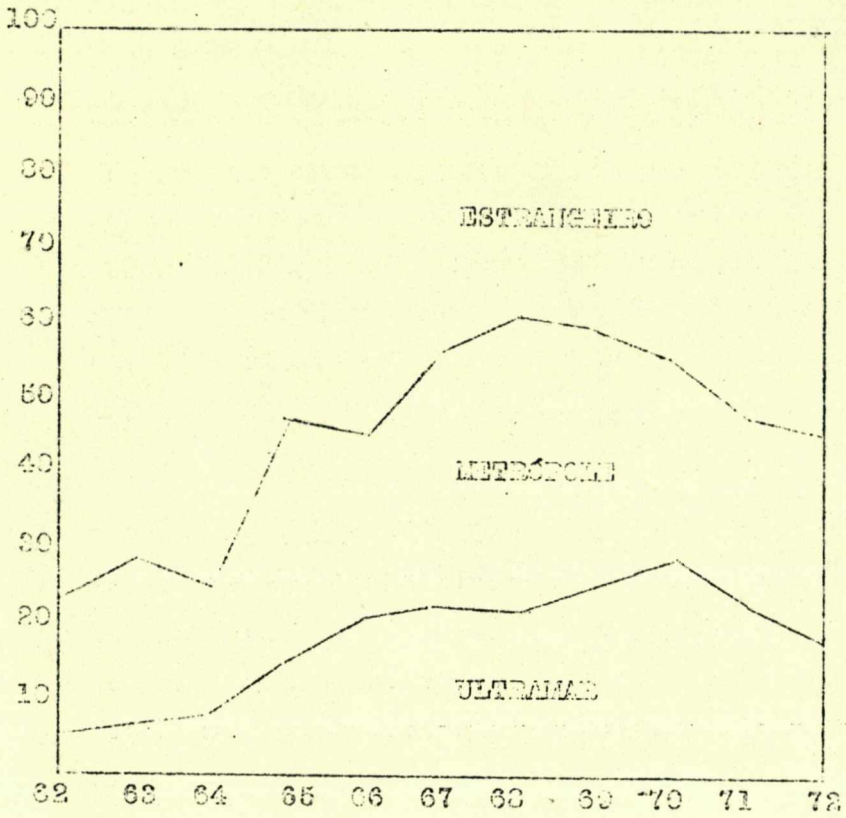
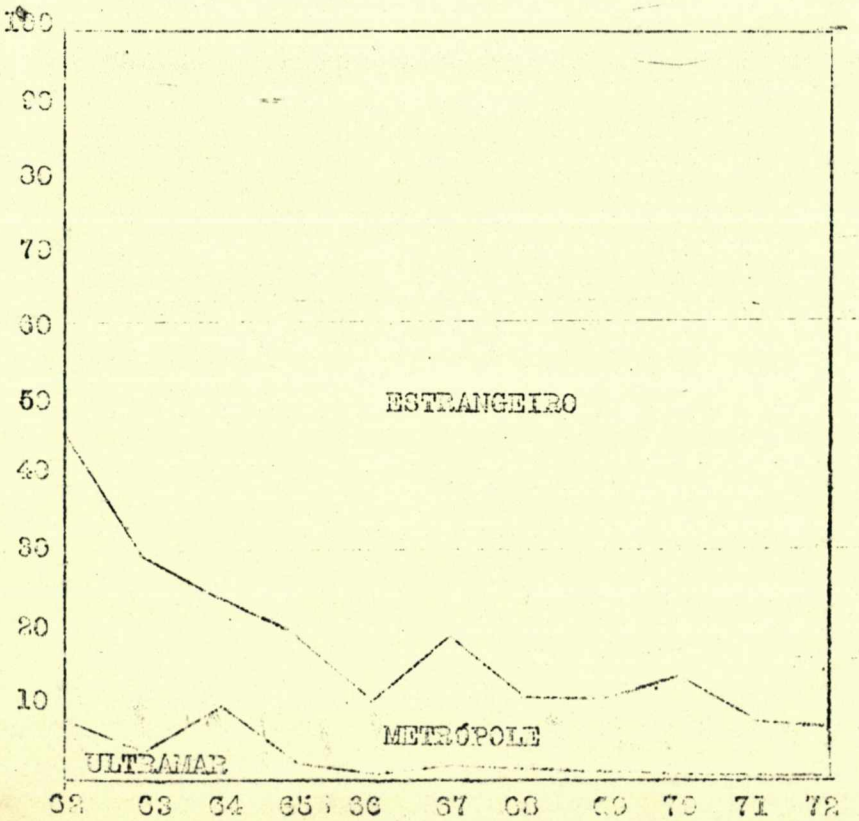


GRÁFICO 3

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE TIMOR



c) Importação

As importações têm-se repartido de diferente modo entre o Espaço Nacional e o Estrangeiro. Como resultado das medidas de integração económica, o Espaço Português atingiu o seu máximo como exportador para Timor nos anos de 1968 e 1969 (percentualmente), tendo a partir daí vindo a decrescer de importância por razões já apontadas neste relatório. É de notar que a importância do Ultramar decresceu no ano de 1972, sobretudo pela descida da importância de Macau, e também, embora menos, de Moçambique.

A Europa tem vindo a manter aproximadamente a sua posição, notando-se, porém, uma tendência ainda que ténue para uma redução de importância. A Ásia ocupa actualmente a primeira posição, cabendo neste continente, a Singapura a maior parte, tanto devido à proximidade geográfica que facilita os contactos marítimos, como às relações estreitas dos comerciantes chineses de Timor com os comerciantes, por vezes seus familiares, daquela cidade. A importância da América e da África são muito reduzidas, tendo a Austrália vindo a melhorar substancialmente a sua posição, como lògicamente deveria acontecer há mais tempo, atingindo quase a posição de Singapura.

QUADRO Nº 4

PRINCIPAIS FORNECEDORES DE MERCADORIAS IMPORTADAS

(em contos)

DESIGNAÇÃO	1966		1967		1968		1969		1970		1971		1972	
	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%
METRÓPOLE	36 024	25,5	48 437	32,7	57 780	37,7	61 271	38,7	80 582	38,4	52 781	26,4	57 804	27,7
ULTRAMAR	29 067	20,5	33 092	24,4	35 574	23,5	43 995	28,4	60 981	29,4	47 285	23,7	27 592	13,2
Moçambique	11 805	8,0	12 582	8,5	14 [illegible]	9,8	[illegible]	11,8	23 170	11,2	23 445	11,8	13 [illegible]	8,3
Macau	17 208	12,2	23 447	15,8	21 [illegible]	13,7	23 774	14,8	37 804	18,0	23 841	11,2	10 116	8,3
Outras	469	0,3	118	0,1	34	0,0	880	0,8	800	0,8	480	0,8	1 708	0,8
ESTRANGEIRO	76 377	54,0	63 401	42,9	59 817	39,1	76 145	38,9	93 645	43,2	107 786	51,9	113 678	54,4
Europa	17 476	12,4	18 425	12,5	15 [illegible]	10,0	20 811	11,0	18 741	9,0	20 697	9,9	18 957	9,1
Reino Unido	9 478	6,7	9 285	6,3	7 927	5,2	10 428	5,7	8 842	3,9	9 786	4,7	9 [illegible]	4,4
Holanda	3 097	2,2	4 710	3,2	3 608	2,4	[illegible]	3,3	5 012	2,3	5 840	2,8	5 [illegible]	2,7
Alemanha	2 013	1,4	1 830	1,2	1 775	1,2	[illegible]	1,3	2 787	1,4	1 640	0,8	1 164	0,6
Outros	2 888	2,1	2 600	1,7	1 931	1,2	1 483	0,7	2 000	0,9	3 341	1,6	2 [illegible]	1,4
Ásia	40 751	28,2	35 096	23,7	34 [illegible]	23,3	37 [illegible]	23,3	57 [illegible]	23,0	57 [illegible]	27,3	62 [illegible]	30,1
Singapura	26 482	18,7	18 967	12,8	19 [illegible]	12,7	19 [illegible]	12,6	36 [illegible]	17,9	27 [illegible]	13,3	32 [illegible]	15,3
Japão	11 857	8,4	8 032	5,4	[illegible]	6,8	13 [illegible]	7,3	15 [illegible]	7,6	[illegible]	0,0	13 [illegible]	0,0
Hong-Kong	10 161	7,2	6 950	4,7	[illegible]	2,3	4 [illegible]	2,5	[illegible]	3,3	7 [illegible]	3,3	7 [illegible]	3,3
Outros	1 271	0,9	1 138	0,8	1 231	0,8	[illegible]	0,2	91	0,0	1 441	0,7	3 [illegible]	1,3
América	1 703	1,2	1 147	0,8	[illegible]	1,7	[illegible]	0,5	1 [illegible]	0,7	1 [illegible]	1,0	[illegible]	0,2
E.U.A.	1 [illegible]	1,2	1 140	0,8	[illegible]	1,7	[illegible]	0,5	1 [illegible]	0,5	1 [illegible]	0,9	[illegible]	0,2
Outros	41	0,0	7	0,0	[illegible]	0,0	[illegible]	0,0	[illegible]	0,1	[illegible]	0,1	[illegible]	0,0
Oceânia	6 971	4,9	8 082	5,4	7 [illegible]	5,0	14 [illegible]	7,3	15 [illegible]	7,3	27 [illegible]	13,3	31 [illegible]	14,9
Austrália	6 971	4,9	8 082	5,4	7 [illegible]	5,0	14 [illegible]	7,3	15 [illegible]	7,3	27 [illegible]	13,3	31 [illegible]	14,9
África	469	0,3	791	0,5	[illegible]	0,1	[illegible]	0,2	[illegible]	0,2	171	0,1	192	0,1
T O T A L ...	141 468	100	148 070	100	153 [illegible]	100	138 [illegible]	100	207 [illegible]	100	207 [illegible]	100	209 [illegible]	100

FONTE: Repartição Provincial dos Serviços de Estatística

No tocante ao Ultramar Português, há a referir a baixa acentuada da parcela correspondente a Macau desde 1970, o que parece continuar a sentir-se em 1972, e também já indicada baixa de Moçambique e uma subida de importância da parte que cabe a Angola, não só em termos relativos pela baixa das duas outras Províncias, mas também em termos absolutos, tendo quadruplicado o seu volume de exportação para Timor. As restantes parcelas do território Nacional não contribuiram absolutamente com nada para as importações de Timor.

A importância do Ultramar em relação à Metrópole como fornecedor de Timor tem-se situado quase sempre em metade, excepto em 1972, em que ultrapassou um pouco esse nível.

É de estranhar e de lamentar a importância das importações provenientes de Macau tenha vindo a decrescer, pois é a parcela do território Nacional que maior interesse poderá vir a ter como fornecedor de Timor dada a proximidade geográfica e a complementariedade de estrutura económica.

IMPORTAÇÃO DO COMÉRCIO NACIONAL

(Percentagens relativas ao total de importações)

(em contos)

ANO	PROVINCIAL	%	CONTI-NENTAL	%	ULTRA-MAR	%	ANGOLA	%	MOÇAM-BIQUE	%	MACAU	%	OUTROS	%
1933	16 060	48,1	13 548	17,8	4 407	5,8	-	-	2 840	3,9	2 137	2,7	101	0,2
1933	28 156	80,0	13 328	22,2	5 384	7,0	74	0,1	3 905	5,2	1 855	1,7	-	-
1934	28 114	84,6	14 065	18,8	6 049	7,8	1 281	0,1	3 549	4,0	3 269	3,7	-	-
1935	38 041	47,5	30 477	32,8	17 364	15,3	520	1,2	6 890	5,3	9 945	8,3	-	-
1936	35 091	48,0	33 084	25,5	29 067	20,8	439	0,3	11 305	8,0	17 293	12,2	-	-
1937	34 870	37,1	48 487	38,6	36 098	28,5	118	0,1	12 532	8,5	23 447	15,3	-	-
1938	33 301	30,9	37 700	27,8	35 574	28,2	94	0,0	14 228	9,3	21 252	12,9	-	-
1939	110 380	60,1	31 070	38,8	48 388	26,4	359	0,2	21 253	11,0	22 774	14,3	-	-
1970	118 378	54,8	52 688	25,4	39 981	29,4	509	0,2	23 178	11,2	37 294	18,0	-	-
1971	39 050	48,2	52 731	25,4	47 223	22,7	436	0,2	23 445	11,3	23 341	11,2	-	-
1972	38 340	43,3	37 304	27,7	37 536	17,9	1 735	0,3	16 025	3,0	19 116	9,1	-	-

FONTE: Quadro elaborado a partir de dados fornecidos pela Repartição Provincial dos Serviços de Estatística.

Não foi possível conseguir obter, em devido tempo, os valores das importações da Província distinguindo as mercadorias em bens de equipamento e bens de consumo, nos anos a partir de 1965, mas é, no entanto de afirmar que a tendência se mantém. Deste modo a percentagem de bens de consumo importados rondará os 70%, enquanto a de bens de equipamento não ultrapassa os 30%, sendo a percentagem correspondente à Alimentação quase sempre superior à dos Bens de Equipamento.

Apresentam-se os valores até 1969.

QUADRO Nº 6

IMPORTAÇÃO - COMÉRCIO ESPECIAL

Bens de Equipamento e Consumo

IMPORTAÇÃO	1965		1966		1967		1968		1969	
	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%
TOTAL ..	118 186	100	141 433	100	148 070	100	158 271	100	188 504	100
Bens de Equipamento	28 904	20,2	32 892	23,3	36 805	24,3	30 620	20,3	34 957	19,0
Materiais de construção	7 710	6,3	16 045	11,4	14 160	9,3	11 821	7,2	14 103	7,7
Equipamento Diverso ...	2 483	2,2	1 638	1,2	2 340	1,3	2 900	1,3	2 422	1,3
Máquinas, Aparelhos e Mat. Eléctrico	4 485	4,0	5 843	4,1	9 560	6,5	9 180	6,0	9 456	5,1
Material de Transporte Terrestre .	8 182	7,2	9 301	6,6	9 315	6,5	7 480	4,9	8 821	3,7
Material de Transp.aéreo	37	0,0	43	0,0	1 108	0,7	28	0,0	149	0,1
Material de Transp.naval	7	0,0	22	0,0	22	0,0	2	0,0	2 001	1,1
Bens de Consumo	90 270	79,8	108 570	76,7	111 265	75,1	128 351	80,0	148 547	81,0
Alimentação	33 178	28,1	36 503	25,8	37 258	25,2	34 534	22,5	54 085	29,5
Bebidas	3 947	3,5	4 504	3,2	4 756	3,2	5 145	3,4	5 007	2,8
Vestuário e Calçado ...	22 869	20,2	25 297	17,9	28 157	19,0	31 835	20,8	37 966	20,7
Produtos Farmacêuticos.	3 021	3,5	3 780	2,6	4 369	3,1	3 080	2,0	3 303	1,8
Papel ...	1 645	1,4	2 304	1,5	2 404	1,7	3 384	2,4	5 531	3,0
Equipamento Artístico..	4 752	4,2	3 203	2,3	2 075	1,4	7 502	4,9	5 335	2,9
Diverso Doméstico ...	12 498	11,0	12 729	9,0	10 227	7,0	15 306	10,0	14 372	7,7

(Cont.)

Não classificáveis e não especificados	4 714	4,4	9 926	8,4	9 913	8,7	8 400	8,1	11 870	8,2
Estatísticas Primárias e diversas actividades económicas	9 040	8,7	11 800	8,0	11 743	7,3	11 118	7,8	11 788	8,4
Sectores: Total do terciário (4+5+6+7)	8 226	7,8	9 836	6,6	10 745	7,4	7 810	4,9	8 871	4,9
Total (1+2+3+8+9+10+11+12)	75 715	66,9	80 842	68,4	89 800	60,5	102 188	66,0	125 800	68,3
Total dos estabelecimentos económicos (14+15) ...	14 503	12,9	20 884	14,4	21 859	14,8	20 518	12,4	23 167	12,6
Minas, Aprovisionamento e Equipamento Diverso (2+8)	6 966	6,2	7 481	5,3	11 900	8,0	12 900	7,9	11 878	6,5
Terciário (4+5+11)	21 982	19,4	28 176	19,1	32 113	14,8	28 112	18,8	27 094	15,3

FONTE: Repartição Provincial dos Serviços de Estatística.

d) Importação

A primeira nota a formular será a redução dos montantes de exportação de Timor para a Metrópole e uma irregularidade no volume de exportação para o Ultramar, além de remarcar que esses montantes nunca atingiram valores que se possam considerar satisfatórios. Neste campo, a existência nas províncias de África de bons consumidores dos produtos por Timor, dava toda a possibilidade de concorrência às mercadorias exportadas pela Província.

É curioso ver que as exportações timorenses só em muito pequena escala se destinam às zonas geograficamente mais próximas; a Europa sempre foi o melhor mercado, ainda que a sua importância se vá reduzindo em favor dos EUA que a partir de 1971 surgiram como grande comprador do café da Província, atingindo em 1972, 38,2% das exportações, ocupando então, com larga margem, o primeiro posto.

Nos países importadores europeus nota-se quase na generalidade uma redução nos montantes importados, sendo esta de pouca importância no que respeita à Dinamarca e Alemanha, mas muito acentuada na posição de "Bélgica-Luxemburgo", que tinha, embora esporàdicamente, atingido, em 1971, 26,4% das exportações de Timor. A Holanda, depois de uma baixa de mais de 80% de 1970 para 1971 voltou a aumentar a sua parte em 1972, não chegando, contudo, ao nível anteriormente atingido.

Dos países Asiáticos apenas Singapura atinge alguma significância, tendo também reduzido a sua percentagem. É ainda de notar que em 1971 é citada pela primeira vez a Austrália como cliente de Timor, ainda que a

QUADRO Nº 7

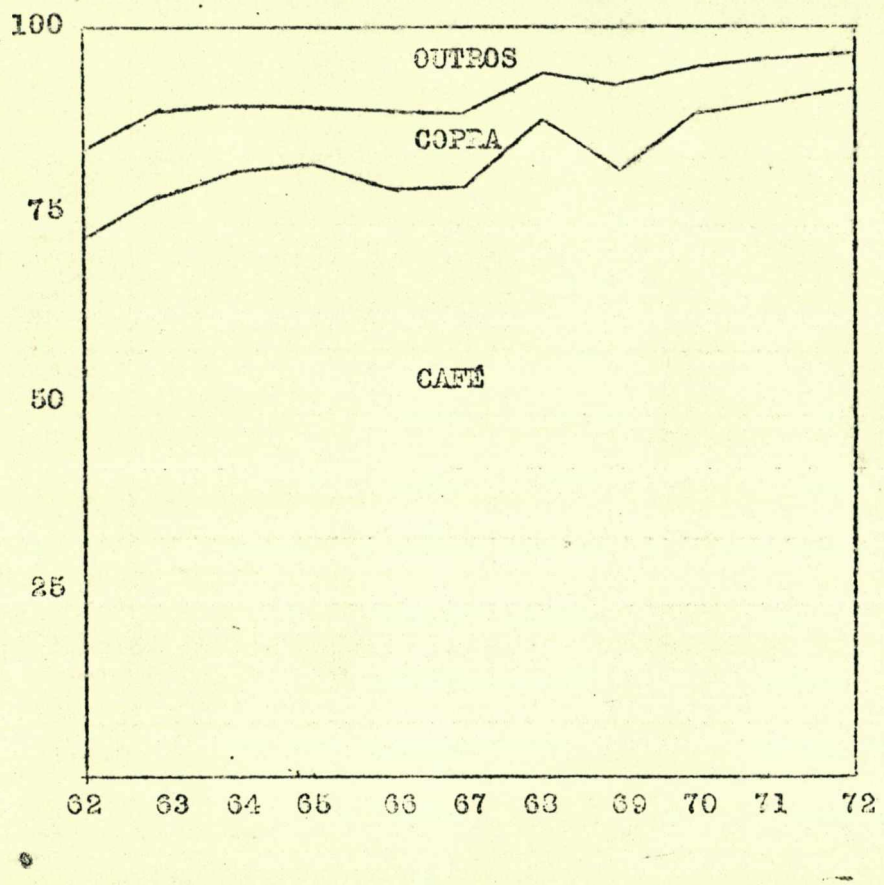
DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE PEIXE

DESTINO	1966		1967		1968		1969		1970		1971		1972	
	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%
PORTUGAL	3 375	10,4	13 295	17,4	5 126	9,3	5 954	9,6	13 147	13,7	10 327	7,9	9 408	7,9
ULTRAMAR	269	0,7	1 508	2,0	1 128	2,0	881	1,4	481	0,5	585	0,5	750	0,6
ESTRANGEIRO	31 474	88,9	61 488	80,6	49 098	88,7	54 708	89,0	82 145	85,8	119 605	91,6	107 691	90,1
Europa	28 452	80,2	42 580	55,8	38 288	69,1	43 816	70,4	35 337	36,8	80 057	58,8	81 894	68,3
Holanda	88 949	85,8	20 880	26,7	13 682	24,6	17 215	28,0	34 459	36,0	20 431	15,7	24 998	21,0
Dinamarca	10 974	30,1	13 327	17,5	15 078	27,2	15 770	25,7	13 408	13,8	23 851	18,0	19 544	16,0
Noruega	1 952	5,5	5 518	7,2	4 090	8,0	6 837	11,0	7 313	8,0	8 037	6,0	8 781	8,2
Bélgica-Luxemburgo	-	-	711	0,9	2 415	4,4	858	1,0	1 980	2,1	26 858	23,4	6 342	5,8
Alemanha	1 113	3,1	1 859	1,7	1 781	3,2	2 142	3,5	1 650	1,7	9 209	7,1	6 092	5,2
Outros	762	2,8	1 887	1,3	424	0,8	899	1,2	1 583	1,6	1 171	0,9	2 087	1,7
Ásia	6 698	18,9	14 228	18,7	6 100	11,0	9 789	16,0	9 984	10,4	12 838	9,9	7 875	6,8
Singapura	4 980	14,1	11 428	15,0	4 865	8,8	9 370	15,3	7 845	8,2	10 332	8,1	6 791	5,8
Hong Kong	1 718	4,8	2 800	3,7	1 235	2,2	419	0,7	2 139	2,2	2 088	1,6	422	0,4
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	118	0,1	62	0,0
África	298	0,4	4 378	5,1	4 765	8,6	1 845	2,8	3 409	3,7	16 780	12,9	38 971	33,2
E.U.A.	298	0,4	4 378	6,1	4 765	8,6	1 845	2,8	3 409	3,7	16 780	12,9	38 971	33,2
Oceânia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	0,0	41	0,1
Austrália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	0,0	41	0,1
T O T A L	35 416	100	76 280	100	55 352	100	61 513	100	95 778	100	130 517	100	117 842	100

FONTE: Repartição Provincial dos Serviços de Estatística.

GRÁFICO 4

EXPORTAÇÃO POR PRODUTOS (%)



Com percentagem ainda de referir, embora correspondendo a apenas 4% das exportações está a copra, que, tendo chegado a ter uma percentagem de 12%, tem vindo a decair, mesmo em valor absoluto, devido ao aumento do consumo interno, nomeadamente na indústria de sabões e óleos vegetais.

No que respeita à exportação de borracha, desde 1965 que tem vindo a diminuir, atingindo apenas 391 contos em 1972. Tal facto talvez seja imputável a uma descrença nas possibilidades de tal produto, que levou a que não fossem revistas as condições de produção de modo a poder enfrentar a forte concorrência movida pelos sintéticos concorrentes.

QUADRO Nº 2

NACIONAL E NACIONALIZADA, POR PRODUTOS

65		1966		1967		1968		1969		1970		1971
	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS
	33	27 828	79	30 [illegible]	7	43 079	37	50 015	81	85 274	89	117 987
	0	3 503	10	7 [illegible]	10	3 655	7	7 311	12	5 613	6	7 306
	3	[illegible]	1	1 [illegible]	[illegible]	880	1	931	2	717	1	1 208
	5	1 388	5	1 [illegible]	1	.. 883	1	915	1	752	1	1 009
	-	-	-	[illegible]	[illegible]	250	0	-	-	763	1	-
	0	77	0	78	0	79	0	109	0	112	0	171
	1	158	0	378	1	881	1	560	1	*1 032	1	* 904
	0	57	0	88	0	7	0	138	0	86	0	111
	0	688	[illegible]	1 [illegible]	1	758	1	707	1	783	1	984
	1	974	3	1 419	2	481	1	718	1	701	1	572

estatística.

EXPORTAÇÃO P

ANO / PRODUTO	1962		1963		1964		19
	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS
Café	86 850	73	85 814	78	48 888	81	45 19
Copra	8 887	11	4 758	11	4 988	8	4 04
Cera	1 088	8	800	2	1 485	3	1 85
Borracha	8 180	8	2 785	6	2 574	5	2 34
Arroz	288	1	898	2	-	-	-
Couris e Conchas ...	40	0	5	0	198	0	4
Camim	145	0	810	0	-	-	82
Especiarias .	58	0	74	0	78	0	4
Amendoim	82	0	179	0	806	0	10
Outros	1 180	8	486	1	480	1	84

FONTE: Repartição Provincial dos Serviços de Es

* Sementes e oleaginosas não especificadas.

QUADRO Nº 3

EXPORTAÇÃO NACIONAL E NACIONALIZADA, PO

1932		1933		1934		1935		1936		1937	
NTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%
350	78	35 314	78	43 333	81	45 182	83	27 828	79	30 [illegible]	7
337	11	4 758	11	4 383	8	4 841	9	3 583	10	7 [illegible]	10
333	3	800	2	1 435	3	1 354	3	391	1	1 [illegible]	3
133	3	2 735	6	2 574	5	2 340	5	1 333	5	1 [illegible]	1
233	1	333	2	-	-	-	-	-	-	2 [illegible]	4
40	0	5	0	198	0	46	0	77	0	70	0
145	0	210	0	-	-	333	1	153	0	378	1
55	0	74	0	78	0	42	0	57	0	35	0
33	0	179	0	305	0	135	0	333	1	1 [illegible]	1
133	3	436	1	400	1	340	1	974	3	1 419	2

[illegible]ortição Provincial dos Serviços de Estatística.

[illegible]s e oleaginosas não especificadas.

L PRODUITS

1968		1969		1970		1971		1972	
CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%	CONTOS	%
43 079	37	50 015	31	85 274	39	117 927	00	103 087	00
3 855	7	7 311	12	5 613	6	7 306	6	4 315	4
830	1	901	2	717	1	1 288	1	407	0
.. 888	1	915	1	752	1	1 009	1	801	0
850	0	-	-	763	1	-	-	-	-
79	0	109	0	112	0	171	0	84	0
801	1	560	1	*1 032	1	* 904	1	*773	1
7	0	138	0	86	0	111	0	64	0
758	1	707	1	723	1	934	1	650	1
401	1	718	1	701	1	572	0	2 073	2

IV - BALANÇA DE PAGAMENTOS

O equilíbrio mais ou menos cíclico que se tem conseguido obter na balança de pagamentos é originado, como fàcilmente se verifica, pelo montante extraordinàriamente elevado da rubrica Sector Público, onde figuram verbas quase na totalidade provenientes da importação de capitais da Metrópolo, destinados aos investimentos do Plano de Fomento e às despesas com os Serviços Militares, já que, se ambas não existissem, o saldo da balança seria fortemente negativo, em virtude do deficit permanente e elevadíssimo do saldo da balança comercial. E, infelizmente, nem se poderá dizer que a tendência seja para melhoria, com excepção de 1972, em que o saldo da balança comercial se atenuou um pouco, em resultado dum bom ano de produção de café, que encontrou o já referido, novo e vasto mercado, que se deseja que não seja esporádico; os E.U.A. Não é de esperar, e muito menos de desejar que diminua o montante de verbas obtidas através do Plano de Fomento, pois, mesmo na eventualidade, a curto prazo muito improvável, de haver uma balança comercial positiva, as necessidades da Província em capital são tão prementes, que nenhuma fonte poderá ser desprezada.

Numa zona como as características económicas como as de Timor, o papel da moeda como reserva de valor deve, actualmente, ser bastante reduzido, sendo assim a moeda sobretudo um meio de pagamentos, um intermediário de trocas. Quando a economia cresce e as trocas se tornam mais intensas, maior será a quantidade de moeda necessária. É o que efectivamente se tem verificado no volume médio anual de circulação monetária, que tem vindo a sofrer um aumento gradual e regular do seu volume, sendo de realçar o grande incremento verificado entre 1971 e 1972.

QUADRO Nº 13

MEIOS DE PAGAMENTO

Circulação Monetária por Média Anual

ANO	VALOR	INDICE
1962	34 311 047$21	100
1963	41 390 562$80	121
1964	49 280 815$37	144
1965	57 751 592$15	168
1966	60 815 656$45	177
1967	66 056 008$33	193
1968	73 242 135$93	213
1969	81 370 170$80	237
1970	97 690 645$80	285
1971	105 527 229$10	308
1972	136 421 730$00	398

FONTE: Repartição Provincial dos Serviços de Estatística.

VI - CONSUMO DE ENERGIA

Está patente o esforço de electrificação levado a cabo nos últimos anos, tanto em número de concelhos dispondo de electricidade, como em número de kilovátios consumidos, que cresceu bastante na última década. Como reflexo do baixo índice de industrialização, é lógico que a energia consumida para fins industriais seja de pequena monta, e esteja crescendo a um ritmo mais lento que o consumo doméstico. O grande peso no consumo de energia é o correspondente a Dili, onde se concentra a população europeia ou europeizada, com hábitos de consumo muito superiores ao da população local. Por motivo análogo o segundo centro consumidor é Baucau, que dispondo de energia há bem pouco tempo, tem visto o seu consumo crescer a bom ritmo; não esqueçamos que Baucau é o principal centro turístico de Timor.

Refira-se ainda que apenas Dili dispõe de energia eléctrica durante as 24 horas do dia, tendo as povoações do interior apenas algumas horas de fornecimento diário, e Baucau passou recentemente de 12 para 16 horas.

A energia é produzida por centrais térmicas de pequena dimensão, o que cria problemas de variada ordem, nomeadamente pela falta de mecânicos competentes e pela insuficiência de verbas para manutenção das centrais. A dimensão do mercado consumidor, impede, de momento o lançamento de aproveitamentos hidráulicos, o que, não pode ser afirmado como possível, pois não existe um inventário dos recursos hidráulicos da Província.

QUADRO Nº 14

CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA
(GLOBAL E INDUSTRIAL)

(KW)

		1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
SAME	G I	a)	a)	a)	a)	a)	a)	1 172,3 -	1 172,3 -	1 172,3 -	1 172 -
LOSPALOS	G I	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
VIQUEQUE	G I	902,8 -	902,8 -	902,8 -	902,8 -	902,8 -	1 336,4 433,6	1 336,4 433,6	1 336,4 433,6	1 336,4 433,6	9 44 65
OÉ-CUSSE	G I	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	5 100,0 -	7 300,0 -	8 500 -
MANATUTO	G I	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	14 312 -	18 265 -
LIQUIÇÁ	G I	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	1 680 -	32 313,6 -	32 313 -
ERMERA	G I	a)	9 000 -	9 000 -	9 000 -	9 000 -	9 000 -	9 000 -	9 000 -	9 000 -	9 000 -
AILÉU	G I	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a
DÍLI	G I	13 995 -	102 145 -	503 491 203 135	758 683 245 293	915 647 240 512	843 028 197 012	1 009 310 341 963	1 145 343 373 618	1 417 293 485 636	2 084 856 543 891
BOBONARO	G I	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a
BAUCAU	G I	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	98 511,6 -	105 763,2 -	107 972 -
AINARO	G I	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	300 -
T O T A L	G I	14 898 -	112 048 -	513 394 203 135	768 541 245 293	925 550 240 512	858 384 197 446	1 020 218 342 397	1 262 143 374 052	1 588 490 486 070	2 271 825 544 544

FONTE: Elementos fornecidos pelas Comissões Municipais.
a) Não dispunha de energia eléctrica; x Não foi possível obter estes elementos.

QUADRO Nº 14

CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA
(GLOBAL E INDUSTRIAL)

(KW)

	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
GI	a)	a)	a)	a)	a)	a)	1 172,3 –	1 172,3 –	1 172,3 –	1 172,3 –	1 172,3 –
GI	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
GI	902,8 –	902,8 –	902,8 –	902,8 –	902,8 –	1 336,4 433,6	1 336,4 433,6	1 336,4 433,6	1 336,4 433,6	9 446,2 652,6	9 446,2 652,6
GI	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	5 100,0 –	7 300,0 –	8 500,0 –	10 440,0 –
GI	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	14 312 –	18 265 –	19 146 –
GI	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	1 680 –	32 313,6 –	32 313,6 –	32 313,6 –
GI	a)	9 000 –	9 000 –	9 000 –	9 000 –	9 000 –	9 000 –	9 000 –	9 000 –	9 000 –	2 250 –
GI	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	1 099 –
GI	13 995 –	102 145 –	503 491 203 135	758 683 245 293	915 647 240 512	843 028 197 012	1 009 310 341 963	1 145 343 373 618	1 417 293 485 636	2 084 856 543 891	2 635 410 679 943
GI	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	14 064 –
GI	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	98 511,6 –	105 763,2 –	107 972,0 –	496 306,0 –
GI	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	300,0 –	22 914,8 –
GI	14 898 –	112 048 –	513 394 203 135	768 541 245 293	925 550 240 512	858 304 197 446	1 020 218 342 397	1 262 143 374 052	1 588 490 486 070	2 271 825 544 544	3 214 562 680 596

FONTE: Elementos fornecidos pelas Comissões Municipais.
a) Não dispunha de energia eléctrica; x Não foi possível obter estes elementos.

716 1014 1166 1056 1363 1636 2075 2816 3925

VII - INVESTIMENTOS NO SECTOR INDUSTRIAL

Pela análise do quadro de investimentos no sector industrial, mau grado a insuficiência de dados disponíveis, poder-se-á fàcilmente verificar que os investimentos, quer por parte do Estado, quer de Fundos, quer de Particulares se têm processado muito irregularmente e atingem, por vezes, valores absolutamente irrisórios. Aliás, os resultados de tal acção estão bem patentes nos valores da produção industrial de Timor. Dos investimentos feitos através dos Planos de Fomento, nomeadamente no sector de cerâmica para construção civil, tudo se perdeu, conseguindo apenas subsistir a indústria do tabaco, com a produção, em 1972, de 4 toneladas, mas com um produto de baixa qualidade. Claro é, que o facto do investimento na indústria ser reduzido, tem as suas justificações: a dimensão do mercado é muito limitado, a falta de preparação técnica é muito acentuada, não há espírito empresarial. As empresas locais têm no comércio a sua principal actividade. Parece só haver uma certa atracção do capital privado nacional para o sector turístico, mas ainda assim, este ramo tem sido bastante ajudado pelo Estado. A maior percentagem de capital investido corresponde à indústria extractiva, e resulta da actividade da Timor Oil.

A economia de subsistência em que vive a maior parte da população, quase à margem dos circuitos monetários, caracteriza-se por uma elevada propensão ao consumo e torna impossível qualquer acumulação da poupança que permita o investimento. Aliás, quando qualquer poupança, é reunida, na hipótese de não ser imediatamente desperdiçada em jogo (luta de galos) e em festas nativas, tem como destino o entesouramento, facto que nem será muito de estranhar tida a política bancária praticada pelo BNU que não remunera os seus depositantes. O capital estrangeiro parece apenas interessar-se pela prospecção mineira, tendo as duas empresas em actividade, a Timor Oil e a Broken Hill dispendido na realidade somas consideráveis, mas, contudo, com o inconveniente de a parcela que cabe a despesa na Província ser diminuta, isto devido a que não se encontram em Timor as estruturas técnicas e o potencial humano que permitam essas empresas a utilização em maior escala dos recursos locais.

QUADRO Nº 15

INVESTIMENTOS NO SECTOR INDUSTRIAL

(em contos)

IAÇÃO	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
S EXTRACTIVAS	×	×	×	171	93	1 041	5 312	5 [illegible]	4 073	4 [illegible]
mentos Públi-										
.....	×	×	×	171	93	398	762	53	15	-
ment.Privados	×	×	×	-	-	1 440 [1]	5 051 [1]	5 170 [1]	4 011 [1]	4 820 [1]
S TRANSFORMA-										
.....	1 284	240	126	2 217	318	1 120	135	242	4 163	1 [illegible]
mentos Pú-										
os	×	×	×	1 917	248	970	68	-	3 000	1 500
de Comercia-										
ção	1 284	240	126	300	370	150	107	642	1 105	810
de Diversifica										
o Desenvolvi-										
o	-	-	-	-	-	-	-	300	21	42
A TURÍSTICA ..	×	×	300	3 136	3 188	2 066	2 926	2 819	884	1 200
mentos Públi-										
.....	×	×	×	2 586	2 500	1 376	949	884	284	515
mentos Priva-										
.....	×	×	300	550	688	690	2 077	1 935	550	685
T O T A L	1 284	240	426	5 494	3 607	5 083	8 894	8 774	8 083	7 37[illegible]

dro elaborado a partir de relatórios dos Planos de Fomento e de elementos do CNT.

impossibilidade de obtenção de dados, não constam certos investimentos privados

Investimento efectuado em Timor: os respectivos investimentos totais foram: 33 240, 32 710, 33 962, 43 010, 53 193.

VIII - INVESTIMENTOS NO SECTOR AGRÍCOLA

Sector Agro-Silvo-Pastoril:

Atingindo por vezes valores superiores aos investidos no sector industrial ainda é muito baixo e irregular o montante do investimento no sector agrícola. É sobre este sector que tem de incidir os maiores esforços de Fomento pois só ele, a curto prazo, poderá proporcionar uma melhoria do nível de vida, através de melhores produções. É,no entanto, necessário que o critério de distribuição de verbas seja feito de modo racional, para que estas se tornem reprodutivas, seleccionando os beneficiários entre os indivíduos que mostrem estar à altura da administração dos bens postos à sua disposição, de molde a que a economia da Província possa progredir de modo desejável. É de evitar, na actual fase, a dispersão de verbas em pequenos empreendimentos, sem impacto decisivo no processo de desenvolvimento.

Analisando o quadro nº 16, verifica-se um decréscimo nos montantes de investimentos nos últimos anos, e mais acentuadamente de 1971 para 1972. Não poderá dizer que esta diminuição é devida a um aumento de investimento noutro sector, nomeadamente o secundário, já que as verbas investidas neste também são menores e isto pelo facto de se ter dado prioridade às infra-estruturas de transporte terrestre e aéreo.

Pode-se igualmente notar que quer a Agricultura, quer a Silvicultura quer ainda a Pecuária tem disposto, aproximadamente, de percentagens constantes das verbas investidas, não se podendo inferir que tenha sido dada uma prioridade especial a qualquer destas actividades, visto o seu papel motor na actvidade económica da Província pressupor a existência de infra-estruturas adequadas.

A escasses de dados estatísticos impede, por completo, uma análise, que seria do máximo interesse, da evolução dos investimentos privados neste sector. É, no entanto, certo que há particulares a investir, embora não se saiba em que percentagem, nem como tem evoluído esse investimento, estimando-se, porém, que o seu nível seja relativamente reduzido.

QUADRO Nº 16

INVESTIMENTOS NO SECTOR AGRÍCOLA (AGRO-SILVO-PASTORIL)

(em contos)

DESIGNAÇÃO	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
PLANOS DE FOMENTO .	4 270	3 836	3 557	3 828	5 173	4 921	9 284	9 378	8 606	7 068	5 086
Fomento Agrário	2 068	1 955	1 576	2 368	3 066	2 601	5 685a)	5 305a)	4 408a)	4 045a)	2 814a)
Fomento Florestal	1 471	1 350	1 328	869	731	869	1 803	1 846	848	852	707
Fomento Pecuário	731	523	653	593	1 316	1 370	2 441a)	2 227a)	1 355a)	2 171a)	1 765a)
FUNDO DE COMERCIALIZAÇÃO	245	958	1 299	1 323	2 029	2 385	1 090	1 244	2 469	537	550
FUNDO DE DIVERSIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	645
INVESTIMENTO PRIVADO	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)
T O T A L ...	4 515	4 794	4 856	5 151	7 202	7 283	10 074	10 622	9 006	7 605	5 636

FONTE: Quadro elaborado a partir de dados dos Relatórios do Plano de Fomento e outros dados fornecidos pelos Serviços Provinciais de Economia.

a) Inclui Investigação não ligada ao Ensino

b) Impossível dispor actualmente de quaisquer dados, embora haja conhecimento de que houve investimento privado neste sector.

IX - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Caracteriza-se a estrutura industrial da Província por um nível que pouco ultrapassa o artesanal, sendo notória a irregularidade da produção e a dimensão irrisória das unidades industriais, que resultam na incapacidade de produzir bens que satisfaçam o consumidor, mesmo o menos exigente.

Poder-se-ão indicar como causadores desta situação, no que respeita às industrias extractivas, a inexistência de, pelo menos, uma Brigada Geológica que execute um programa prioritário quanto ao aproveitamento das potencialidades do subsolo, a falta de técnico capaz de fiscalizar e acompanhar as actividades da Timor Oil e de Broken Hill. Também na extracção do sal, o mercado tem potencialidade até de exportação, mas a falta de capitais, de conhecimentos técnicos e de iniciativa empresarial tem impedido a implantação de tal industria. No que respeita à industria transformadora, também as razões não diferem muito; há a apontar igualmente a falta de espírito empresarial (predominância de espírito comercial, onde o investimento é mais seguro, e o lucro, tanta vez especulativo, rápido e elevado), de capital e recursos técnicos, a reduzida dimensão do mercado interno, e ainda a ausência de condições de estímulo à industrialização e desconhecimento de mercados em resultado do relativo isolamento e da distância a que Timor se encontra dos grandes centros consumidores.

Não é, infelizmente, possível apresentar um quadro em que a produção industrial esteja expressa em termos monetários, uma vez que as unidades industriais ou não dispõem de tais valores ou, com receio de cargas tributárias não os declaram.

Apenas se poderão indicar aumentos significativos de produção, como continuação duma tendência verificada desde há alguns anos, sem grandes irregularidades, portanto, na produção de Óleos Vegetais e Refrigerantes, uma evolução satisfatória na industria de Tabacos e o renascimento, com boas perspectivas, da industria de Sabão. Quase todos os restantes produtos de origem industrial se encontram em situação estacionária, ou, dada a já referida aleatoriedade do nível de produção não se poderá emitir qualquer afirmação fundamentada. Em situação de franco decréscimo de produção encontra-se a extracção de sal, praticada segundo métodos muito primitivos e dando origem a produto de muito fraca qualidade.

Em virtude do mau aproveitamento das capacidades do sector primário da Província, a industria de Timor, apesar de intimamente ligada a esse sector, ainda não aproveita devidamente as suas potencialidades, caracterizando-se então o parque industrial pela reduzida dimensão e pela utilização de técnicas muito rudimentares.

X - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O panorama da produção agrícola caracteriza-se por uma variação muito irregular na generalidade dos produtos, apesar duma tendência para aumento da produção verificada nalguns. Nos produtos de exportação continua a manter-se e até a acentuar-se a predominância da produção cafeícola, que domina em absoluto toda a exportação de Timor. A maior parte das culturas processam-se ainda segundo técnicas ultrapassadas e rudimentares, exceptuando-se, contudo, cerca de 60% da produção de café, nas mãos de produtores que dispõem de tecnologia mais evoluída.

Muitos são os factores que levam a esta situação, entre os quais se poderá destacar a reduzida dimensão do mercado interno, o difícil acesso a mercados estrangeiros, a orografia da ilha, erosão e regime climatérico que condicionam o ciclo agrícola, a diversidade étnica e linguística e o regime de exploração da terra, com estruturas resistentes à inovação, uma relutância geral pelo trabalho agrícola, e, sobretudo, uma falta de estudos de base sobre potencialidade e aptidão agrícola de cada região e dificuldades na obtenção de crédito e sua gestão. Também contribui muito para esta situação o deficiente estado das redes de comunicação que impedem o escoamento dos produtos em algumas épocas do ano e agrava bastante o custo do transporte.

QUADRO Nº 17

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

PRODUTO	UNIDADE	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
Açafates, Alcofas Cestos	Nº	-	1 515	80	248	5 115	10 480	15 480	78 307	4 047	8 932	9 17
Aguardente	Lt	-	-	-	-	34 884	131 008	62 341	65 522	63 292	67 044	60 40
Álcool	Lt	48 150	52 500	78 100	69 879	89 050	2 880	84 080	53 200	44 561	4 010	4 00
Cadeiras e mesas de rota	Nº	184	54	1 520	150	6	35	54	-	-	-	-
Esteiras de palha	Nº	9 150	4 455	7 715	5 536	1 033	-	1 788	590	349	335	1 30
Óleos vegetais .	Lt	10 124	38 636	221 652	451 540	421 575	78 520	83 800	98 668	104 600	50 082	205 30
Panos	Nº	-	-	5-700	-	278	534	198	64	65	100	19
Pão	Kg	697 386	865 819	1151 954	927 497	907 956	833 030	459 530	883 998	278 459	300 680	371 17
Prumos	M3	350	847	804	-	282	5 854	197	347	272	125	12
Refrigerantes ..	Lt	-	-	-	-	-	138 134	-	-	-	87 740	51 12
Sabão	Kg	35 280	41 723	84 257	91 600	171 040	138 800	157 300	-	101 800	80 740	284 48
Sacos de palha .	Nº	24 000	3 084	7 908	-	7 049	19 878	8 800	64 300	27 285	13 184	19 12
Sal	Kg	30 138	208 850	265 959	357 718	435 306	-	80 807	460 544	13 697	9 680	8 08
Tabaco	Kg	-	-	-	-	-	-	70	788	1 000	1 000	4 00
Tábuas	M3	3 318	2 284	2 507	3 200	2 395	5 458	7 057	1 675	1 917	681	1 30
Telhas	Nº	-	-	-	10 000	9 292	7 877	68 800	-	-	-	-
Tijolos	Nº	-	200	26 400	34 690	41 386	49 559	68 000	-	-	-	-
Vasos de barro .	Nº	2 350	4 100	17 500	-	582	22 981	985	-	-	-	-
Vigas de madeira	M3	1 750	517	684	371	183	1 148	557	544	150	88	5

FONTE: Repartição Provincial dos Serviços de Estatística.

NOTA: Não é possível dispôr dos valores da produção em contos.

QUADRO Nº I

PRINCIPAIS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS

(em toneladas)

PRODUTOS	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
Alimentares:											
Abóbora	899	848	587	820	929	806	822	21	2 262	277	
Amendoim	888	843	689	875	448	757	198	816	917	835	
Arroz	9 090	7 500	12 000	11 764	9 586	11 764	14 820	6 500	a)	70 482	
Batata Doce	11 830	16 740	14 528	18 481	18 188	18 049	8 458	14 658	10 109	11 051	
Batata europeia ..	888	138	880	510	1 850	1 704	1 572	1 021	1 054	1 071	
Cebola	36	41	36	42	39	42	10	37	36	30	
Ervilha	12	14	21	34	47	67	58	35	26	31	
Feijão	1 880	948	1 880	1 880	22 177	1 710	861	2 845	2 822	2 926	
Mandioca	11 406	11 904	9 889	9 474	14 728	8 885	5 074	16 855	18 481	116 805	
Milho	18 787	18 872	15 862	6 915	15 040	16 828	13 156	8 576	18 941	11 429	
Trigo	0	6	2	2	7	8	8	5	5	x	
Exportação:.....											
Café	1 830	2 385	2 800	3 408	1 496	3 591	2 910	2 797	3 887	4 000	
Copra	1 437	1 858	1 628	1 584	1 809	1 528	1 008	1 889	1 701	1 782	
Borracha	298	288	288	248	204	150	140	146	188	152	
Cera	180	28	64	74	15	68	40	40	84	47	

FONTE: Repartição Provincial dos Serviços de Estatística.

a) O valor de que dispomos 888 980 afigura-se muito duvidoso.